

Área Temática: Gestão Socioambiental

Perfil dos Investimentos em Responsabilidade Social das Empresas dos Setores Bancário, de Energia Elétrica e Siderúrgico Nacionais

AUTORES

DENISE CARNEIRO DOS REIS BERNARDO

Universidade Federal de Lavras
denisecarneiroprof@yahoo.com.br

MARÍLIA PAULA DOS REIS TEIXEIRA

Universidade Federal de São João del Rei
marilia0203@yahoo.com.br

ELIZETE ANTUNES TEIXEIRA NOGUEIRA

Universidade Federal de São João del Rei
elizete@ufsj.edu.br

JOÃO PAULO DE BRITO NASCIMENTO

Universidade Federal de São João del Rei
jpestudante@yahoo.com.br

DIEGO LEÃO TEIXEIRA

Universidade Federal de São João del Rei
diegoleaot@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho foi traçar o perfil dos investimentos em responsabilidade social das empresas do setor bancário, energético e siderúrgico nacionais sob três perspectivas: investimentos internos (voltados para a empresa), investimentos externos (voltados para a sociedade) e investimentos voltados para a preservação do meio ambiente. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória a partir dos dados obtidos dos balanços sociais dessas empresas, elaborados de acordo com o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e publicados no período de 2000 a 2005. As análises dos 64 balanços sociais permitiram evidenciar que, em relação às ações sociais internas, os investimentos em alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada e saúde lideram o ranking. Quanto aos externos, pode-se destacar que os tributos contribuem para uma considerável elevação nos valores totais de investimentos sociais. Já as ações ambientais comparadas aos investimentos internos e externos mostraram-se pouco significativas. As ações sociais menos expressivas, voltadas para os funcionários, são educação e cultura, respectivamente. Quanto aos investimentos voltados para a sociedade, os menores são em creche e habitação. O trabalho evidencia que os maiores investimentos em ações sociais são voltados para a própria empresa, destinando-se muito pouco à sociedade.

Abstract

This research aims at profiling the investments on social responsibility in companies concerning banks, electrical and siderurgical segments under three perspectives: internal investments (those turned to the company itself), external investments (those turned to

society) and investments turned to ecological preservation. In order to do so, we have done an explanatory research based on the results achieved through the social balance sheet accomplishments of these companies, elaborated according to Brazilian Institute of Social Economical Analyses (IBASE) and published from 2000 to 2005. Analyses of 64 social balance sheets have allowed us to ascertain that, in relation with internal social actions, the investments on feeding, social compulsory responsibility, personal security and healthy head the ranking. As for external ones, it may be ascertained that assistance contributes to a remarkably upgrading of total amount of social investments. Ecological actions, however, have been scarcely meaningful in comparison with internal and external investments. The less expressive social actions turned to employees are: education and culture. As for investments turned to society, the least are those designated to day-care schools and inhabitation. In short, the research has displayed that most meaningful investments are inclined to the own companies, with little contribution to society.

Palavras-chave: Responsabilidade Social, Investimentos Sociais, Balanço Social.

1 Introdução

Desde 1990 as empresas que publicam relatórios sociais têm ganhado destaque na imprensa. Por meio desses relatórios – denominados balanços sociais – as organizações mostram os projetos e ações sociais dirigidas aos seus diversos *stakeholders*, estreitando os laços que mantém com a sociedade.

A publicação do Balanço Social ganhou destaque no Brasil a partir de uma campanha realizada pelo sociólogo Herbert de Souza – o Betinho – em 1997 pela divulgação voluntária desse demonstrativo.

Até 2007 verifica-se que ainda não há uma legislação que torne obrigatória a publicação desse demonstrativo em nosso país, existindo apenas legislações isoladas de alguns entes federados incentivando a publicação do Balanço Social. Contudo, aquelas empresas que não estão atentas à importância das ações sociais tanto para seu público interno quanto para a sociedade e meio ambiente, inviabilizam seus negócios e sua sobrevivência diante da complexidade e da dinamicidade do ambiente empresarial.

2 Problema de Pesquisa e Objetivos

Nesse contexto, o objetivo do trabalho foi traçar o perfil das empresas dos setores bancários, de energia elétrica e siderurgia quanto aos investimentos em responsabilidade social. O problema de investigação está centrado nas seguintes questões: Quais ações sociais recebem maiores investimentos? E quais recebem menores investimentos? Há relação entre indicadores sociais e setores empresariais?

Embora o tema esteja sendo cada vez mais debatido no Brasil, a relevância e a originalidade estão em traçar o perfil de adoção de práticas de responsabilidade social de setores específicos da economia nacional.

Em relação à exequibilidade e oportunidade, o estudo envolverá organizações que publicam regularmente, desde 2000, seus balanços sociais, além do envolvimento e familiaridade dos autores com pesquisas em empresas desse porte. A propósito, os setores que mais se destacam no país quanto a regularidade na publicação de balanços sociais são o energético, siderúrgico e bancário, respectivamente (Bernardo et. al, 2006).

3 Referencial Teórico

3.1 Responsabilidade social empresarial

A teoria sobre Responsabilidade Social surgiu na década de 1950, nos Estados Unidos e na Europa. A preocupação dos estudiosos da época girava em torno da excessiva autonomia

dos negócios e do poder destes na sociedade, sem a preocupação com as conseqüências negativas de suas atividades. Porém as primeiras definições eram dúbias e inconsistentes (Duarte & Dias, 1985).

Em 1923, o inglês Oliver Sheldon defendeu a inclusão, entre as preocupações da empresa, de outros objetivos além do lucro dos acionistas, mas na época, não obteve sucesso. Em 1942, num manifesto subscrito por 120 industriais ingleses, a idéia de Sheldon ressurgiu. Assim, em 1953, surgiu nos Estados Unidos, a primeira obra analisando o tema, intitulada “*Social Responsibilities of the Businessman*”, de Howard Bowen. O tema, então, começou ganhar destaque entre os empresários americanos e centros acadêmicos (Duarte; Dias, 1985).

Na década de 1960, os estudos voltaram-se para a formalização do conceito de responsabilidade social empresarial, predominando a visão de que a responsabilidade das empresa ultrapassa a responsabilidade de maximizar lucros (Borger, 2001).

A expressão responsabilidade social suscita uma série de interpretações. Para alguns, representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, é um dever fiduciário, que impõe às empresas padrões mais altos de comportamento que os do cidadão médio. Já outros a traduzem como prática social, papel social e função social e alguns a vêem associada ao comportamento eticamente responsável ou a uma contribuição caridosa (Ashley, 2002).

Srouf (2000) a define como uma tentativa de compatibilizar os interesses e exigências das organizações e dos *stakeholders*, remetendo a uma cidadania organizacional no que concerne ao âmbito interno da empresa e no âmbito externo à implementação de direitos sociais.

Segundo a ótica de Ferrell et. al. (2001), a responsabilidade social seria uma espécie de obrigação que a empresa assume junto à sociedade com a única finalidade de maximizar os efeitos positivos e minimizar os impactos negativos gerados por ela.

Uma das tentativas de definição do conceito foi proposta por Carroll (1991), que aponta quatro faces ou dimensões para a responsabilidade social: econômica, legal, ética e filantrópica. Mais tarde, Carroll (1998), ao rever as quatro faces ou dimensões da responsabilidade social, ressaltou que elas são intimamente relacionadas, embora estejam freqüentemente em conflito umas com as outras. Ainda assim, cada uma dessas dimensões não existe separada ou isoladamente das outras e o conjunto delas significa a adoção da responsabilidade social.

É importante, porém, ressaltar alguns itens pertinentes à compreensão do conceito de responsabilidade social em sua totalidade. O primeiro deles seria a expansão do alcance da responsabilidade social, que não mais se limitaria ao interior da empresa, visando somente o lucro. O segundo seria ultrapassar as suas obrigações legais adotando uma política pautada na moral e ética. Por último, a adoção de políticas diferenciadas, de acordo a sociedade na qual a empresa se encontra (Duarte; Dias, 1985).

A discussão acerca da responsabilidade social das empresas ultrapassa a questão do repasse das obrigações do estado para a sociedade privada, marketing empresarial e assume um lado estratégico no mundo dos negócios. Aliás, a nova postura da empresa cidadã baseada no resgate de princípios éticos e morais ultrapassa a questão do bem-estar da comunidade à qual a empresa pertence e abrange a questão da própria existência da organização, tornando-se uma questão de estratégia financeira e sobrevivência empresarial (Torres [s. d.]). Segundo Kassai (2002, p. 6), “*para perpetuar-se, além de cumprir sua missão e buscar o lucro, ou atender a seus objetivos econômicos, a empresa precisa responder aos anseios do ambiente no qual está inserida, ou aos objetivos sociais*”.

Nesse contexto, Borger (2001, p. 8) afirma que, “*a responsabilidade social é uma variável importante na estratégia competitiva da empresa*”. A mesma autora complementa, esclarecendo que, embora os estudos realizados envolvendo a relação entre o desempenho social das empresas e seu desempenho financeiro possam ter resultados divergentes – devido

à variedade de metodologias e parâmetros adotados, falta de rigor, por exemplo – também demonstraram que a responsabilidade social empresarial não representa uma restrição à maximização dos lucros. Embora a sua obrigação seja a obtenção de lucros, as empresas podem, ao mesmo tempo, contribuir para o cumprimento dos objetivos sociais e ambientais, os quais devem ser considerados como investimentos.

No Brasil, ressalte-se ainda que, em 1998, foi fundado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que serve como ponte entre os empresários e as causas sociais. O objetivo do instituto é disseminar a prática social por meio de publicações, experiências, programas e eventos para seus associados e para os interessados em geral. Assim, a instituição procura contribuir com o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável, incentivando a formação de uma nova cultura empresarial baseada na ética, princípios e valores. Em 2000, para fortalecer o movimento pela responsabilidade social no Brasil, o Instituto concebeu os Indicadores Ethos, como um sistema de avaliação do estágio em que se encontram as práticas de responsabilidade social nas empresas. Esses indicadores estão divididos entre sete áreas principais ou sete dimensões do papel social das empresas, sendo: público interno, consumidores, comunidade, governo, fornecedores, valores e meio ambiente. O modelo de balanço social do Ibase e os Indicadores Ethos permitem análises complementares. Em geral, são utilizados de forma conjunta, em um mesmo balanço social.

3.2 Balanço social como ferramenta de análise

O balanço social, conhecido também como relatório de sustentabilidade ou relatório de responsabilidade social, é um demonstrativo elaborado anualmente pelas empresas para prestar contas das atividades e dos impactos econômicos, sociais e ambientais da organização. Reúne um conjunto de informações sobre projetos, benefícios e ações sociais e serve como instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Segundo Tinoco (2001, p. 14):

“Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários.”

O objetivo do balanço social é demonstrar a realidade econômica e social num determinado período. As informações contidas nesse relatório devem ser diretas, simples e transparentes, permitindo, tanto à comunidade como aos diversos núcleos que interagem com a empresa, avaliá-la, compreendê-la e criticá-la (Tinoco, 2001). A função principal desse demonstrativo é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

De acordo com Kroetz, (2000) o balanço social é uma ferramenta gerencial que reúne dados qualitativos e quantitativos sobre as relações entidade/ambiente, permitindo identificar problemas e oportunidades, auxiliando a administração na tomada de decisão e na adoção de estratégias empresariais. Assim, o balanço social demonstra, juntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da organização. Também pode evidenciar, por meio de indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população ampliando, assim, o grau de confiança da sociedade na entidade e contribuindo para a valorização da marca, por exemplo.

Os principais conjuntos de indicadores contidos nos modelos de balanços sociais contemplam dois enfoques. O primeiro seria o enfoque na contabilidade sócio-empresarial, no qual a empresa é vista como uma célula social interagindo com o meio no qual está inserida e assumindo responsabilidades com a comunidade e o meio ambiente. O outro enfoque seria o

econômico, que tem como indicadores a demonstração do valor adicionado (DVA), capaz de fornecer informações sobre a riqueza gerada no país, por segmentos empresariais e sua distribuição (Carneiro, 2002). Os indicadores destacados também auxiliam os administradores na medida em que podem gerar informações para tomada de decisão, além de melhorar a rentabilidade empresarial por meio da manutenção da satisfação dos trabalhadores, fator capaz de afetar os resultados empresariais (Tinoco, 2001).

Nos países desenvolvidos, o balanço social é visto como um instrumento de gestão, não havendo um balanço para os acionistas e outros para os trabalhadores. Nesses países, o lucro é considerado uma vocação normal da empresa, permitindo que a relação entre dirigentes e assalariados seja consensual e não conflituosa (Tinoco, 2001).

Na França, a elaboração do balanço social é obrigatória desde 1977, pelas empresas com mais de 300 funcionários. Diversos países da Europa seguiram os passos pioneiros da França e também começaram a pregar a importância da elaboração desse documento, entre eles Alemanha, Holanda, Suécia, Espanha e Inglaterra. Em Portugal, a publicação do balanço social é obrigatória para todas as empresas desde 1985 e na Bélgica, desde 1986. Nesses países, a motivação para elaborar o balanço social está relacionada à necessidade de um planejamento estratégico de amplo alcance. Assim, para o desenvolvimento de planos, é necessário ter conhecimento tanto de variáveis econômicas como de variáveis sócio-culturais (Cappellin; Giuliani, 1999).

No Brasil, foi em 1997, com a atuação do sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”, que a idéia de responsabilidade social das empresas e a proposta da divulgação do Balanço Social alcançaram maior projeção. Naquele ano, Betinho, representando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, em parceria com a Petrobrás e o Jornal Gazeta Mercantil, lançou uma campanha em 16 de junho para a divulgação anual do balanço social, sob a alegação de que este passaria a ser o “*primeiro passo para uma empresa tornar-se uma verdadeira empresa-cidadã*”. Foi nessa perspectiva que se viu aflorar e desenvolver, no Brasil, a concepção da importância da elaboração e publicação do balanço social.

Os modelos de balanços sociais mais difundidos no país são o modelo da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) da Universidade de São Paulo (USP), que contempla os segmentos laborais, ambientais e a riqueza gerada, destacando-se a demonstração do valor adicionado e o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (IBASE) que contempla itens relativos ao público interno, ao público externo, meio ambiente e ao corpo funcional.

A propósito, há algumas leis e projetos de lei voltados para a questão da publicação do balanço social. Porém, todas representam apenas uma iniciativa dos gestores públicos em âmbito federal, estadual e municipal, não havendo, ainda, nenhuma legislação específica que obrigue ou regule a elaboração desse demonstrativo social. A falta de regulamentação de um modelo único de balanço social dificulta a análise comparativa e impede o acesso a informações socioeconômicas nos planos regional e nacional (Carneiro, 2002).

Os fatores que contribuíram para o amadurecimento do conceito de cidadania empresarial e da publicação de balanço social na cultura das organizações brasileiras são múltiplos e complexos. Dentre esses, destacam-se a pressão por parte das agências internacionais de fomento, as campanhas de várias instituições de preservação da natureza para que as empresas privadas e públicas reduzissem o impacto ambiental e a Constituição de 1988, que representou um grande avanço tanto em questões sociais quanto ambientais, bem como o apoio cultural de grandes empresas multinacionais e nacionais (Torres [s.d.] apud Silva e Freire, 2001).

4 Metodologia

Visto que o objetivo desta pesquisa foi traçar o perfil de adoção de práticas de responsabilidade social dos setores bancário, energético e siderúrgico nacionais, esta pesquisa apresenta caráter exploratório. De acordo Malhotra (2001), as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, obter dados adicionais antes que se possa desenvolver uma abordagem ou a construir hipóteses. E também pela possibilidade de assumir características tanto qualitativas, quanto quantitativas.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias externas, teve como principais fontes as publicações em livros, teses e internet, utilizadas, no momento inicial, para identificar a relevância da pesquisa e os trabalhos publicados sobre o tema (Malhotra, 2001). O conjunto de publicações foi utilizado, conforme Marconi & Lakatos (2005), em oito fases: 1) escolha do tema; 2) elaboração de um plano de trabalho; 3) identificação das principais publicações sobre o assunto; 4) localização das fontes e aquisição do material; 5) compilação dos dados por capítulos a serem elaborados; 6) fichamento dos pontos a serem utilizados em cada material coletado; 7) análise e interpretação dos resultados; e 8) redação do trabalho.

A pesquisa documental utilizada foi de fonte principal contemporânea e teve como principais tipos de documentos: escritos oficiais, parlamentares e estatísticos.

Os dados foram coletados através dos balanços sociais publicados pelas companhias de capital aberto dos setores em estudo.

As dimensões abordadas na pesquisa são apresentadas a seguir:

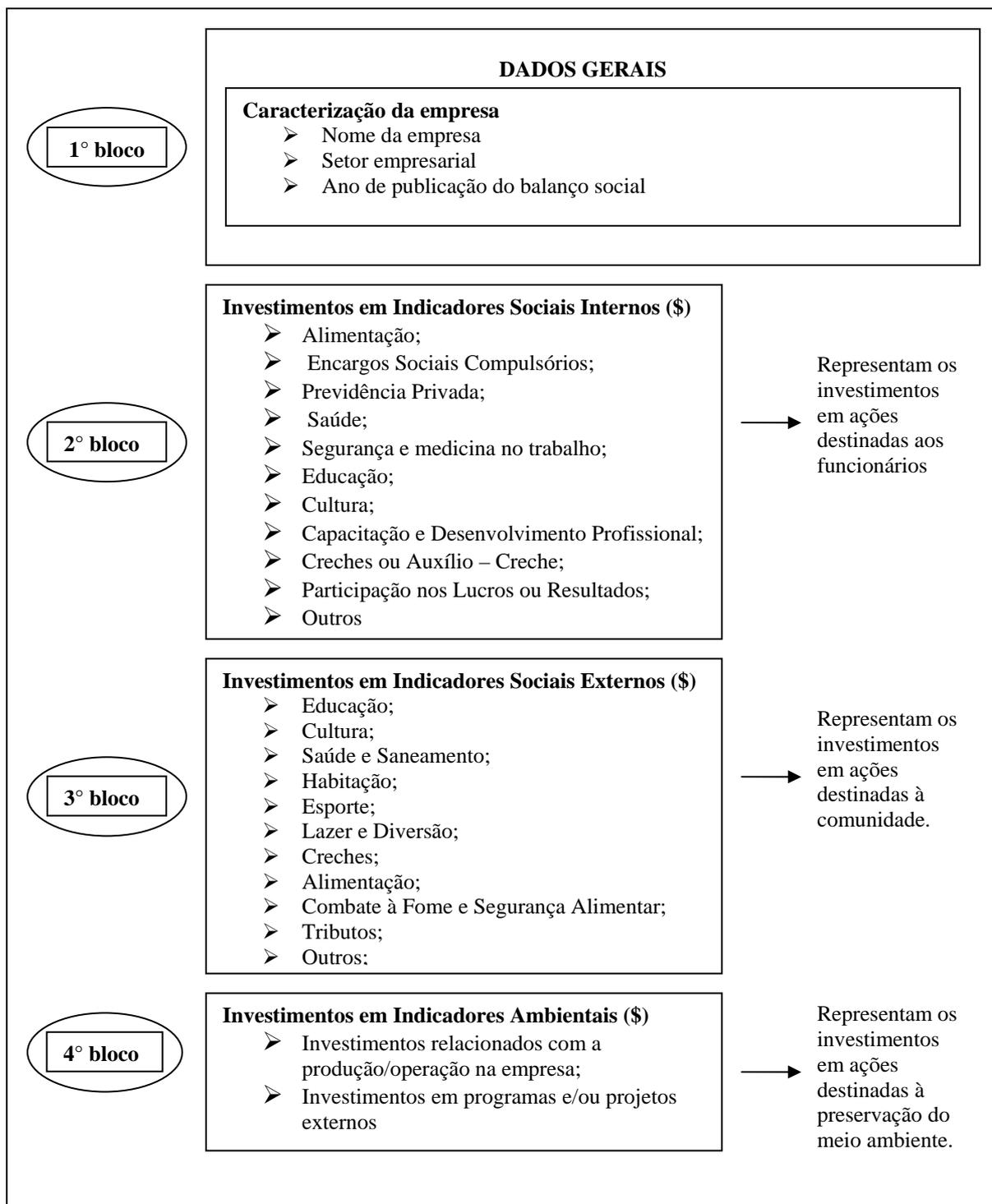


Figura 1 Dimensões abordadas pela pesquisa.
 Fonte: Elaborado pelos autores (2007).

Assim, o objeto de estudo da presente pesquisa foram os investimentos em ações sociais das empresas que publicaram balanços sociais no período de 2000 a 2005.

5 Análise dos Resultados e Discussões

As práticas de responsabilidade social realizadas pelas empresas de capital aberto no Brasil dos setores bancário, energético e siderúrgico nacionais foram classificadas segundo o ano, ações sociais e investimentos. Assim, foram analisados todos os balanços sociais das

empresas de capital aberto desses setores, totalizando o universo de 64 balanços sociais, conforme os dados da Tabela 1.

Tabela 1 Número de Balanços Sociais analisados por ano

Ano	Número de Balanços Sociais analisados
2005	10
2004	14
2003	14
2002	12
2001	12
2000	2
Total	64

Fonte: Dados da pesquisa (2007).

Uma das questões levantadas para o estudo foi descobrir quais ações sociais voltadas para os funcionários que mais receberam investimentos. Observa-se, segundo o Quadro 1, que os investimentos em alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada e saúde lideraram o *ranking*. Nos investimentos sociais externos, pode-se destacar que os tributos contribuíram para uma considerável elevação nos valores totais de investimentos sociais. O total geral bem como por ação dos investimentos em cada setor é demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Investimentos Sociais Internos, Externos e Ambientais segundo setores de atuação.

	SETOR	BANCOS	E. ELÉTRICA	SIDERURGIA
Indicadores Sociais Internos	Encargos sociais compulsórios	13.448.951,00	1.303.536,00	1.486.388,00
	Alimentação	5.090.767,00	331.900,00	185.598,00
	Previdência privada	3.617.287,00	2.262.981,00	529.914,00
	Participação nos lucros ou resultados	3.293.212,00	274.477,00	769.010,00
	Saúde	2.923.289,00	283.280,00	304.613,00
	Capacitação e desenvolvimento profissional	597.096,00	44.235,00	66.098,00
	Outros	425.446,00	151.204,00	447.174,00
	Creches ou auxílio-creche	383.989,00	6.530,00	666,00
	Segurança e medicina no trabalho	87.328,00	57.902,00	189.479,00
	Educação	25.973,00	37.408,00	10.128,00
	Cultura	161,00	9.815,00	957,00
	Total - Indicadores Sociais Internos	29.893.499,00	4.763.268,00	3.990.025,00
Indicadores Sociais Externos	Tributos (excluídos encargos sociais)	30.510.445,00	30.318.099,00	16.426.272,00
	Educação	369.966,00	249.971,00	26.331,00
	Cultura	298.195,00	78.606,00	62.889,00
	Esporte	250.711,00	8.096,00	6.366,00
	Outros	182.255,00	461.647,00	20.520,00
	Combate à fome e segurança alimentar	161.327,00	8,00	795,00
	Total das contribuições para a Sociedade	125.150,00	1.121.237,00	124.835,00
	Saúde e saneamento	26.017,00	191.544,00	7.361,00
	Alimentação	3.854,00	4.722,00	0,00
	Lazer e diversão	2.627,00	1.749,00	573,00
	Creches	198,00	242,00	0,00

Continua...

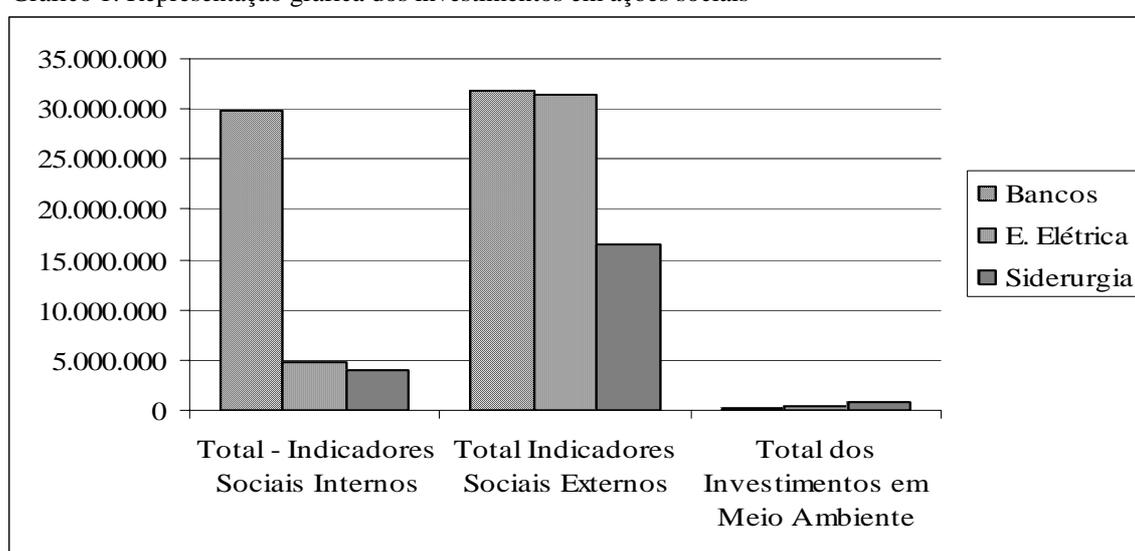
Quadro 1 Continuação.

Indicadores Sociais Externos	Habitação	0,00	10.845,00	0,00
	Total Indicadores Sociais Externos	31.805.595,00	31.439.336,00	16.551.107,00
Indicadores Ambientais	Investimentos em programas e/ou projetos externos	5.626,00	45.333,00	4.712,00
	Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	146.098,00	348.668,00	614.563,00
	Total dos Investimentos em Meio Ambiente	151.724,00	394.037,00	733.410,00

Fonte: Dados da pesquisa (2007).

A representação gráfica dos investimentos em ações sociais é exposta no Gráfico 1:

Gráfico 1: Representação gráfica dos investimentos em ações sociais



Fonte: Dados da pesquisa (2007).

Já os investimentos realizados em ações ambientais comparados aos investimentos internos e externos mostraram-se pouco significativos.

As ações sociais voltadas para os funcionários que receberam menores investimentos foram educação e cultura, respectivamente. Quanto aos investimentos voltados para a sociedade, os menores foram em creche e habitação. E os ambientais que apresentam menores valores, são aqueles relacionados com a produção/operação da empresa.

A propósito, excluindo-se os tributos, os totais de investimentos seriam os seguintes (Quadro 2):

Quadro 2: Total de Investimentos Sociais Internos, Externos (excluídos os tributos) e Ambientais

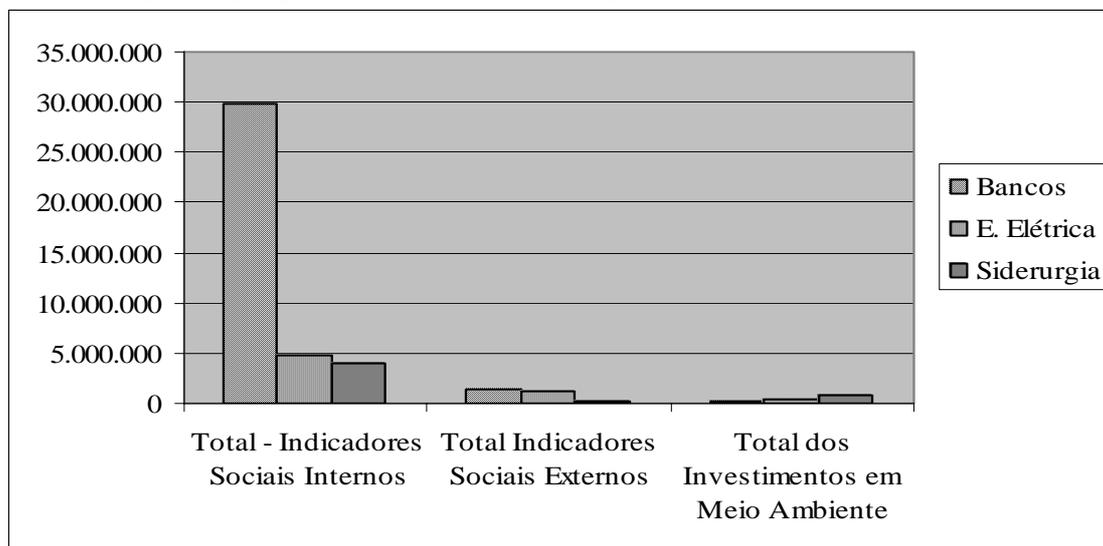
Setor	Total - Indicadores Sociais Internos	Total Indicadores Sociais Externos	Total dos Investimentos em Meio Ambiente
Bancos	29.893.499	1.295.150	151.724
E. Elétrica	4.763.268	1.121.237	394.037
Siderurgia	3.990.025	124.835	733.410

Fonte: Dados da pesquisa (2007).

Assim, de acordo com o Quadro 2, verifica-se que o setor bancário destinou maiores recursos para os *stakeholders* internos e externos. E que o setor siderúrgico nacional investiu mais em ações ambientais que os demais setores.

A representação gráfica dos totais dos investimentos em ações sociais, excluídos os tributos, é exposta no Gráfico 2.

Gráfico 2: Representação gráfica dos investimentos em ações sociais excluídos os tributos.



Fonte: Dados da pesquisa (2007).

6 Considerações Finais

As análises dos 64 balanços sociais permitiram evidenciar que as ações voltadas para o público interno que receberam maiores investimentos foram: alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada e saúde, e os menores são em educação e cultura, respectivamente. Quanto aos investimentos sociais externos, pode-se destacar que os tributos contribuíram para uma considerável elevação nos valores totais de investimentos sociais. Retirando-se esse componente, conclui-se que os maiores investimentos em ações sociais foram voltados para a própria empresa, em todos os setores, destinando-se muito pouco à sociedade. Já os menores recursos foram destinados a creche e habitação.

Em relação aos indicadores ambientais, os maiores investimentos foram feitos em ações que visam a divulgação de programas destinados a preservação ambiental no âmbito externo, e os menores investimentos estavam ligados a produção/operação da empresa. A propósito, os investimentos realizados em ações ambientais comparados aos investimentos internos e externos mostraram-se pouco significativos.

Observou-se que o setor bancário destinou maiores recursos para os *stakeholders* internos e externos. Destaca-se também, o fato do setor siderúrgico nacional ter investido mais em ações ambientais que os demais setores.

Seja uma nova tendência em gestão estratégica ou apenas mais um modismo empresarial, o fato é que o tema responsabilidade social empresarial tornou-se uma questão de sobrevivência das empresas dos mais diversos setores, em um mercado globalizado, onde os consumidores e a sociedade em geral se tornam cada vez mais exigentes.

As empresas são importantes atores sociais e aquelas que não estão atentas às práticas de responsabilidade social inviabilizam seus negócios e sua sobrevivência diante da complexidade e da dinamicidade do mercado no qual estão inseridas.

Para futuros trabalhos sugere-se a realização de estudos que identifiquem se o maior ou menor investimento em determinadas ações relacionam-se a setores específicos da economia

nacional. Outra sugestão é verificar se a localização geográfica e, conseqüentemente, o desenvolvimento social regional influencia as políticas de investimentos sociais das organizações. Ou, se tais políticas são influenciadas apenas por decisões da matriz da empresa.

7 Referências Bibliográficas

ASHLEY, P. A. - Coordenação. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BALANÇO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 15/02/07.

BERNARDO, D. C. R.; PEREIRA, N. C.; ÁVILA, R. C.; SALAZAR, G. T.. **Perfil das companhias de capital aberto no Brasil quanto a adoção de práticas de responsabilidade social**. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP. 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2006.

BORGER, F. G. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. 2001. 254 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia e Administração, São Paulo.

CAPPELLIN, P.; GIULIANI, M.. **Compromisso social no mundo dos negócios**. Boletim do IBASE/"Orçamento e Democracia". Ano 6, Número 11./Fevereiro de 1999, pág. 10 e 11./Variáveis socioculturais. Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 22/02/07.

CARROL, A. B. **The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organization stakeholders**. Business Horizons, New York, Elsevier, v.34, n.4, p.39-48, July/Aug. 1991.

CARROL, A. B. **The four faces of corporate citizenship**. Business and Society Review, [S.I.], v.100, [s.n.], p.1-7, 1998.

CARNEIRO, C. M. B. **O balanço social de empresas incentivadas sob enfoque da redução de desigualdade social: uma investigação no estado do Ceará**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Comissão das Comunidades Europeias – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas (apresentado pela comissão)**. Bruxelas, 18/07/2001. Disponível em: http://europa.eu.int/eur-lex/pt/com/gpr/2001/com2001_0366pt01.pdf . Acesso em: 10/12/06.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M.. **Responsabilidade social: a empresa hoje**. Rio de Janeiro, Ed. Livros Técnicos e Científicos, 1985.

FERREL, O. C.; FRAEDRICH J.; FERREL, L.. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisão e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Ed., 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES ECONÔMICAS E SOCIAIS (IBASE).
Disponível em: <<http://www.ibase.org.br>>. Acesso em: 15/02/07.

KASSAI, S. **Utilização da análise por envoltória de dados (DEA) na análise de demonstrações contábeis**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

KROETZ, C. E. S.. **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MALHOTRA, N. K.. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. e Alfredo Alves de Farias. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SROUR, R. H.. **Ética empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. S. (Orgs.). **Balanco social: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001

TINOCO, J. E. P.. **Balanco social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TORRES, C.. **Responsabilidade social das empresas (RSE) e balanco social no Brasil**. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. S. (Orgs.). **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001. cap.2, p. 15-31.

TORRES, C.. **Responsabilidade social e transparência**. Disponível em:<<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 22/02/07.